

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – SPDA, DE 2023. Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, reuniu-se virtualmente o Conselho de Administração da **COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – SPDA**, sede na Rua Líbero Badaró, nº 190, 5º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARTICIPANTES:** GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Presidente do Conselho, ALEXIS GALIÁS DE SOUZA VARGAS, Conselheiro, Conselheiro, CLÁUDIA BICE ROMANO, Conselheira, JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO, Conselheiro, MARIO COVAS NETO, Conselheiro, VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Conselheiro, HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES, Diretor Presidente, MAURÍCIO AKIHIRO MAKI, Diretor Administrativo Financeiro, e ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO, Diretor Jurídico. Ausente Justificadamente: CARLOS ALBERTO DE QUADROS BEZERRA JÚNIOR. Iniciando os trabalhos, o Presidente do Conselho convidou a mim, ANA LUIZA DE CAMARGO CUNHA, para atuar como Secretária. Deliberou-se sobre a **ORDEM DO DIA**, a saber: **1)** Informe sobre o andamento da operação do SPDA Habitação FIDC NP; **2)** Informe sobre os projetos de Garantia para a PPPs; **3)** Informe sobre a execução do Contrato de Prestação de Serviços entre SPDA e COHAB-MG; **4)** Informe sobre o projeto de Precatórios Municipais; **5)** Revisão da Política de Transação com Partes Relacionadas; **6)** Criação de Cargo de Responsável pelo Controle Interno da Companhia; e **7)** Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES:** **1)** Iniciando a reunião, o Diretor Presidente atualizou os Conselheiros quanto ao andamento da operação do SPDA Habitação FIDC NP (“Fundo”), em especial quanto ao *track record* financeiro. Do ponto de vista operacional, o Diretor Presidente informou que foi realizada a reunião do Comitê Gestor, na qual restou aprovada a alteração do contrato com o *master servicer* (agente de cobrança) do Fundo para: (i) a realização do pagamento do Rt passado e eliminação deste item de remuneração, (ii) para a inclusão de metas para o gestor e *master servicer*. O pagamento será realizado em vinte e quatro parcelas a partir de janeiro de 2023, e as metas serão exigidas em 24 meses também a partir de janeiro de 2023. Assinada a ata de reunião do Comitê, a matéria foi encaminhada para aprovação pelos cotistas em Assembleia e também aprovada. Na sequência, o Diretor Presidente informou que a Companhia está em negociação com a COHAB SP para a aquisição de novas carteiras; **2)** No que diz respeito ao projeto de PPP de Céus, o Diretor Presidente informou que a Companhia está aguardando o retorno sobre a assinatura dos documentos referentes

à contratação da garantia, bem como sobre a proposta de preços enviada. Quanto à PPP de Geração Distribuída, o Diretor Presidente informou que aguarda o retorno da Secretaria Municipal de Saúde sobre assinatura dos documentos referentes ao empenho das cotas do Fundo administrado pela CEF. Por fim, no que diz respeito às novas PPPs, o Diretor Presidente informou que a Companhia manifestou interesse em ser contratada para prestação de garantia na segunda fase da PPP de Céus e também na PPP de Infraestrutura de Moradia Social sob as mesmas condições praticadas na PPP de Céus, quais sejam, o aporte do valor da garantia e pagamento de remuneração; **3)** No que diz respeito ao Contrato de Prestação de Serviços entre SPDA e COHAB-MG, o Diretor Presidente informou que a COHAB-MG está em processo de contratação da B3 para realização do pregão de seleção dos *players* e, paralelamente, a Companhia está revisando a nova versão do Termo de Referência e da minuta de Regulamento relativos ao FIDC, de modo a se compatibilizar o texto destes documentos com as diretrizes de contratação da B3. Informou ainda que, após a contratação da B3, prevista para o mês de abril de 2023, a SPDA, COHAB MG e B3 irão realizar reuniões de alinhamento e, posteriormente, retomar o contato com alguns *players* de mercado; **4)** Na sequência, quanto ao projeto de Precatórios Municipais, o Diretor Presidente informou que a Companhia entregou o terceiro relatório de acompanhamento contendo a primeira minuta da nota técnica, e está preparando a sua versão final, prevista para ser entregue na segunda quinzena de abril; **5)** Em seguida, o Diretor Presidente apresentou aos Conselheiros a atualização da Política de Transações com Partes Relacionadas, informando que foram feitas pequenas alterações de forma adequar a política à legislação em vigor, em razão da revogação de alguns dos dispositivos citados, bem como para incluir a dispensa da exigência de divulgação anual em jornal de grande circulação em razão da receita bruta anual da Companhia ser inferior a R\$ 78.000.000,00, nos termos da Lei nº 6.404/76. No que diz respeito aos tópicos relevantes não houve alteração. Os Conselheiros aprovaram a atualização da política sem ressalvas; **6)** Quanto à criação de Cargo de Responsável pelo Controle Interno da Companhia, o Diretor Presidente informou que foi instruído o Processo SEI 7110.2023/000010-0 para o COGEAI no qual há a justificativa para a necessidade de contratação. Houve aprovação por parte do COGEAI para a contratação e a Companhia irá proceder a um processo seletivo que posteriormente será encaminhado para deliberação pelo Conselho de Administração. O Diretor Presidente informou que o profissional que irá ocupar o cargo de responsável pelo controle interno da Companhia responderá pela uma unidade setorial de controle interno relatando seus resultados nos termos do art. 1º, § 1º do Decreto nº



CNPJ n.º 11.697.171/0001-38

NIRE: 35300377303

59.496/2020 e caberá ao Conselho de Administração a autorização para sua nomeação e destituição para não haver nenhum conflito de interesses com a Diretoria Executiva. Ainda, que caberá à Diretoria Executiva, ouvido o responsável pelo Controle Interno, estabelecer em seu regimento as regras de trabalho para o profissional, em conformidade com as diretrizes e determinações a serem apresentadas pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Controladoria Geral do Município, sendo facultado a estes órgãos a convocação deste responsável para, no âmbito de suas atribuições, prestar esclarecimentos e elaborar relatórios independente de autorização ou chancela da Diretoria Executiva; **7)** Em assuntos gerais, os Conselheiros questionaram acerca do cumprimento do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados pela Companhia. O Diretor Presidente informou que a Companhia preparou um termo de referência para a contratação de uma empresa que irá realizar a avaliação do atendimento da Companhia ao disposto na Lei. Informou ainda que quem irá realizar este controle será o responsável pelo controle interno da Companhia, razão pela qual está aguardando a contratação do profissional para discutir os assuntos relevantes. Por fim, os Conselheiros solicitaram que as atualizações sobre este assunto sejam apresentadas nas próximas reuniões. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se esta Ata que vai assinada por mim e todos os presentes.

ANA LUIZA DE CAMARGO CUNHA

Secretária da Reunião

GUILHERME BUENO DE CAMARGO

Presidente da Reunião

ALEXIS GALIÁS DE SOUZA VARGAS

Conselheiro

CLÁUDIA BICE ROMANO

Conselheira



CNPJ n.º 11.697.171/0001-38

NIRE: 35300377303

JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO

NETO

Conselheiro

MARIO COVAS NETO

Conselheiro

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO

Conselheiro

MAURÍCIO AKIHIRO MAKI

Diretor Administrativo Financeiro

HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES

Diretor Presidente

ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO

Diretor Jurídico